

Grandes projetos científicos de colaboração internacional – um olhar de uma Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa

Jerson Lima Silva¹

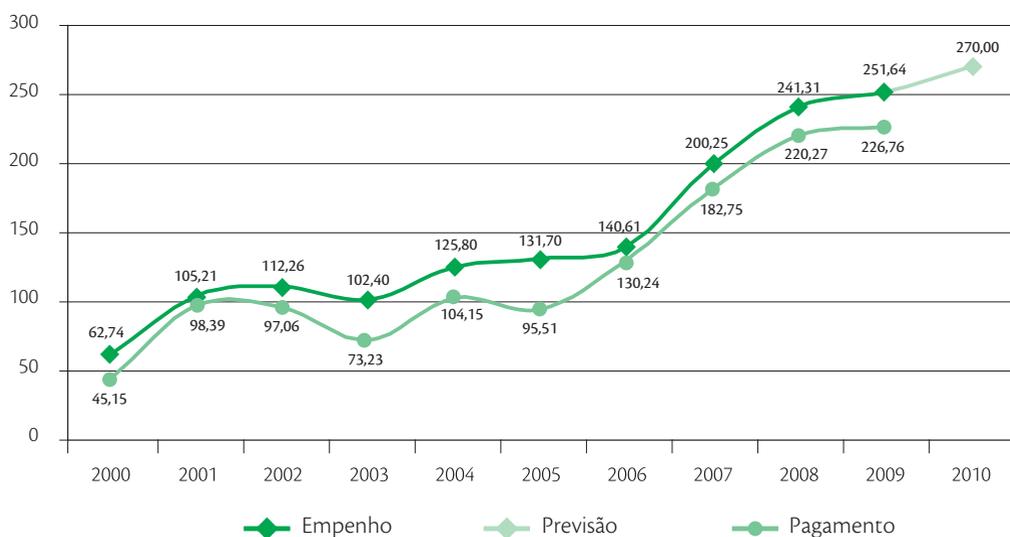
A ciência brasileira teve um crescimento fabuloso nos últimos 25 anos tanto em quantidade quanto na qualidade dos artigos publicados. Este crescimento deve-se em parte à institucionalização do apoio governamental, que se iniciou na década de 1950 com a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Na década seguinte, houve um novo avanço com a constituição do Fundo Tecnológico do BNDES (Funtec) para apoio à ciência e à tecnologia, seguida da criação da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). A criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, contribuiu para consolidar a institucionalização de um sistema nacional de apoio a atividades de C&T. Justamente, a partir de então, a participação do Brasil em grandes projetos científicos de colaboração internacional começa a ganhar um apoio governamental, principalmente por meio de agências federais como CNPq, Finep e Capes. Alguns estados, em particular São Paulo, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), passam a ter um papel importante no financiamento de redes colaborativas internacionais.

Na última década, o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação teve uma nova fase de crescimento, em grande parte devido à criação e consolidação das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), presentes em quase todos os estados brasileiros. Dentre as FAP, cabe destacar a Fapesp, a Faperj e a Fapemig, e mais recentemente a Fapeam, a Fapespa, a Fapesc, a Facepe, a Fapesb e a Fapema, entre outras, que têm contribuído de forma crucial para o avanço da ciência e tecnologia em seus estados e no país. A Figura 1 mostra, a título de exemplo, o crescimento na última

¹ Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

década do orçamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). A maioria das FAP participa de programas em parceria com o governo federal, cabendo destaque aos programas de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), o de Núcleos de Excelência (Pronex), o Programa Primeiros Projetos (PPP) e o Programa de Pesquisa para o SUS (PPSUS), este último em parceria com o CNPq e com o Departamento de Ciência e Tecnologia (Decit) do Ministério da Saúde. Várias FAP têm constituído, entre elas, redes de pesquisa em diversos temas prioritários para seus estados. Cabe destacar o estabelecimento recente das redes de malária e dengue, envolvendo parceria com o CNPq e o Decit. Entretanto, a participação em redes de projetos internacionais ainda é incipiente e precisa ser aumentada.

Figura 1. Empenho x Pagamento – Fonte oo (recursos do Estado) – 2000 a 2009– Previsão 2010



No CNPq, as atividades de cooperação internacional ocorrem por meio da assessoria de cooperação internacional (Ascín), ligada diretamente à presidência do CNPq. A Ascín dispõe de diferentes mecanismos de financiamento à cooperação internacional para apoiar projetos de pesquisa conjunta de alta qualidade, mobilidade de pesquisadores e treinamento de pesquisadores e formação de recursos humanos. A Ascín viabiliza uma série de projetos de intercâmbio, tais como iniciar uma nova colaboração, consolidar parcerias institucionais efetivas, coordenar colaborações por meio de redes internacionais e estimular parcerias com laboratórios virtuais. O estabelecimento de um programa conjunto entre CNPq e as FAP, por meio da Ascín, permitirá uma maior integração e complementaridades de programas de cooperação internacional.

Apesar da produção de artigos em periódicos indexados ter atingido em 2009 a posição de 13º lugar no mundo, ainda temos vários desafios, sendo um dos maiores o aumento da qualidade. Portanto, um avanço no *ranking*, tanto em quantidade quanto em qualidade, só poderá ocorrer com uma maior participação e maior colaboração internacional.

A participação de pesquisadores brasileiros em grandes projetos internacionais tem crescido nos últimos dez anos, mas ainda está aquém do potencial da ciência brasileira. Cabe destacar a participação em projetos de Física de Altas Energias (CERN-LHC, ITER, etc.), grandes projetos de Astronomia (COBE, SKA, GEMINI, SOAR, VLT, entre outros), pesquisa de mudanças climáticas, Antártica, Amazônia, projetos de Genoma e Proteoma (Proteoma Humano, CeBEM – Centro de Biologia Estrutural do Mercosul, entre outros) e projetos multicêntricos de pesquisa clínica.

Para todos esses projetos, há necessidade de se aumentar a participação na liderança brasileira. Cabe às agências de fomento, federais e estaduais, estimular a participação de grupos de pesquisadores, em preferência à participação individual.

Se a pesquisa realizada no solo brasileiro enfrenta uma série de dificuldades decorrentes de entraves burocráticos e legais, estes são amplificados em projetos internacionais. As dificuldades relacionadas à entrada e saída de equipamentos, reagentes e amostras são as mais prejudiciais à realização de projetos de colaboração internacional. Torna-se então capital que se consiga uma modernização dos procedimentos na Receita Federal (importação e exportação), em agências regulatórias (como Anvisa) e em órgãos de controle federais e estaduais.

Além da participação em grandes projetos de colaboração, outros fatores são igualmente importantes para aumentar a inserção internacional de pesquisadores brasileiros, tais como a participação em corpo editorial de periódicos de grande prestígio, participação na diretoria e na presidência de sociedades científicas internacionais (Química, Física, Biológicas, Saúde, etc.) e de comitês internacionais, e atração de pos-docs e pesquisadores seniores qualificados.